

EDITORIAL

Educação e regulação: políticas e desafios

Education and regulation: policies and challenges

Educación y regulación: las políticas y los desafíos

Este é o último número do volume 28 da RBPAE, com o qual fechamos o ano 2012. Dentre os momentos marcantes vividos pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), no quadrimestre que se encerra, sublinhamos a realização do III Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, que teve lugar no mês de novembro, na cidade espanhola de Zaragoza. O evento foi promovido, conjuntamente, pelo Fórum Europeu de Administração Educacional da Espanha (FEAE-ES), pela ANPAE e pelo Fórum Português de Administração Educacional (FPAE-PT). O esforço desenvolvido pelas três entidades organizadoras permitiu que o evento, efetivamente, cumprisse o papel de promotor do intercâmbio entre as pessoas/instituições interessadas na produção e disseminação do conhecimento e no exercício da política e administração educacional oriundas dos três países, numa profícua troca de experiências e de fortalecimento dos laços, em face de objetivos comuns. A comissão organizadora internacional reuniu-se durante o congresso para avaliá-lo e, dentre outras deliberações, acolheu a proposta do Fórum Português no sentido de que o IV Congresso seja realizado no primeiro semestre de 2014 em Portugal.

É lamentável registrar que vai completar dois anos (agora no mês de dezembro) sem que o Congresso Nacional tenha aprovado o Projeto de Lei que trata do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Com vigência prevista para o período de 2011 a 2020, a ausência do Plano deixa a educação brasileira sem um importante instrumento de política, tendo em vista o fortalecimento e novo delineamento do nosso pacto federativo no que concerne ao campo educacional.

Todavia, a mobilização de setores progressistas desse campo não tem arrefecido. Exemplo disto tem sido a canalização de forças no sentido de buscar garantir mais recursos para o financiamento da educação nacional, de modo que se viabilize o montante de 10% do PIB para este fim. O tema do financiamento tomou, mais fortemente, a agenda dos últimos meses, por meio do debate sobre os destinos dos recursos advindos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal, resultando na edição de Medida Provisória (MP 592/2012) pela presidenta Dilma Rousseff.

Ainda que a medida constitua-se em um avanço em termos do seu alcance, há problemas, conforme apontado pelos especialistas da área de financiamento

da educação. Uma das questões salientadas diz respeito à destinação do total das receitas dos royalties dos novos contratos da área de concessão, firmados após a data de publicação da MP. Por um lado, trata-se de área praticamente explorada em quase sua totalidade. Além do que, a referida exploração processa-se por meio de contratos de longo prazo, o que indica poucas possibilidades de se ter recursos significativos desta fonte. Outra questão refere-se aos 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, conforme a MP em tela. Neste caso, mesmo se reconhecendo que os recursos serão significativos, os estudiosos destacam a insuficiência do tempo para que os problemas da educação sejam sanados num prazo de 10 anos, tal como proclamado no novo PNE em tramitação no Congresso. Por isto, a luta tem sido para que a totalidade dos recursos advindos dos royalties do Pré-Sal sejam distribuídos entre os estados e os municípios.

Medida de política também importante do período constituiu o sancionamento, pela presidenta da República, da Lei 12.711, ao final do mês de agosto. Por meio desta lei ficou instituída a reserva de 50% das vagas das instituições federais de educação superior para estudantes oriundos de escolas públicas. Conforme a legislação, a implantação das cotas vai ocorrer progressivamente ao longo de quatro anos, até que compreendam a metade da oferta total do ensino público superior federal. Já no exame vestibular para ingresso em 2013 as instituições terão de reservar, pelo menos, 12,5% do número de vagas ofertadas atualmente para as cotas. As cotas devem ser preenchidas por estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e, ainda, por estudantes pertencentes a famílias com renda igual ou inferior a um e meio salário mínimo per capita. Trata-se de medida que procura sanar a exclusão dos contingentes pobres da população do ensino superior. Não obstante, o avanço deve assumir um caráter emergencial, pois se faz urgente o usufruto, por parte de toda a população, de uma escolarização básica com qualidade, para o que a questão da mudança nos padrões do atual financiamento da educação constitui elemento essencial.

A referência ao vestibular para ingresso nas universidades públicas em 2013 faz lembrar o término, no mês de outubro, da maior greve vivenciada pelas instituições federais, com duração de 120 dias. A pauta dos docentes incluía a reestruturação da carreira, reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Apesar de tão longo tempo, as conquistas foram insignificantes, indicando que a ampliação de vagas públicas no ensino superior continua a carecer de ações voltadas para uma adequada infraestrutura, associada a melhores condições de trabalho, o que deve integrar reforma mais ampla da carreira docente. São medidas essenciais para que o ensino superior público garanta um adequado padrão de qualidade.

Entre os pesquisadores do campo da educação, o ensino superior continua objeto de pesquisa de grande centralidade, particularmente devido aos novos padrões da sua reconfiguração e regulação, que também afetam outros níveis de ensino, fenômeno que se faz presente quase que em escala planetária. Do total dos artigos que compõem este número da RBPAE, três abordam este

tema, focalizando a realidade brasileira e a europeia.

Adolfo Ignácio Calderón, (da Pontifícia Universidade Católica de Campinas: PUC-Campinas) e António Gomes Ferreira (da Universidade de Coimbra) são os autores do trabalho intitulado *O ensino superior privado: um estudo comparado Brasil-Portugal*, que resulta de investigação desenvolvida em estágio pós-doutoral. Conforme sugere o título, analisa comparativamente os sistemas de ensino superior privados dos dois países, identificando convergências, especificidades e diferenças. O segundo artigo - *Os estudantes de ensino superior, em Portugal: uma análise no período 1994-2011. Quem são? Quanto gastam? Como gastam? Que enquadramento no contexto europeu?* - igualmente nos traz parâmetros comparativos para que possamos compreender os vínculos internacionais das políticas para o nível de ensino em destaque. São autores do artigo Belmiro Gil Cabrito, Luísa Cerdeira e Tomás Patrocínio, (todos da Universidade de Lisboa) cujo fulcro é a análise do declínio das condições de vida e da composição social de estudantes portugueses, a partir de dados provenientes de questionários aplicados a estes sujeitos. O último trabalho deste grupo é de Maria Abádia da Silva (da Universidade de Brasília – UnB). Por meio do exame de documentos que vêm regulando o ensino superior na União Europeia, procura analisar a educação e a formação docente que se processa nesta região, destacando como tais dimensões têm sido basilares no projeto educativo comum dos países que a integram, articuladas aos projetos sociais e econômicos. Problematisa, igualmente, os limites que cercam a formação docente em tal contexto.

Expressando semelhante preocupação com a formação de professores, todavia focalizando os que vão atuar na educação infantil no Brasil, situa-se o quarto artigo, cujas autoras são Bianca Guizzo (da Universidade Luterana do Brasil -ULBRA) e Jane Felipe de Souza (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Tendo por título *Legislação e políticas públicas para a educação infantil: articulações com a formação docente*, o seu conteúdo inicia pela discussão da legislação e das políticas públicas para o referido nível de ensino, como estratégia que conduz ao tratamento dos estágios curriculares integrantes do processo de formação de docentes para a educação infantil.

Os professores também constituem foco do ensaio sob o título *O papel do Estado e as políticas públicas de educação: uma análise das avaliações externas no ensino fundamental*, de autoria de Mariza Felipe Assunção (da Secretaria de Educação do Estado do Pará) e de Verônica Lima Carneiro (da Universidade Regional do Cariri – URCA). Trata-se de texto que destaca o papel do Estado nas políticas públicas de educação, considerando as avaliações externas do Ministério da Educação: o SAEB e a Prova Brasil e suas repercussões no trabalho docente.

Em sequência, temos um bloco composto por três artigos cujo foco é a gestão da escola e da educação, segundo os novos moldes. Neste bloco, encontra-se o texto *Gerencialismo na escola pública: contradições e desafios concernentes à gestão, à autonomia e à organização do trabalho escolar*, que tem por autores Luís Gustavo Alexandre da Silva e Miriam Fábria Alves (ambos da Universidade Federal de Goiás-UFG).

A partir de dados de pesquisa, eles analisam as consequências das mudanças na gestão e na organização do trabalho escolar com a implantação do modelo administrativo-gerencial de regulação. O segundo trabalho - *A Organização escolar: monorracionalidade ou multirracionalidades* - é de autoria de Maria João de Carvalho (da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro-PT), que também resulta de investigação a respeito das práticas desenvolvidas numa escola pública portuguesa, na perspectiva de desvelar a problemática da racionalidade decisória. O terceiro artigo tem por autor Henrique Guimarães Coutinho (da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj) e se intitula *Consolidação da gestão democrática e os conselhos gestores da educação: um estudo da atuação dos conselheiros do FUNDEF na Região Metropolitana do Recife*. Como indicado no título, o foco analítico constitui a participação e o controle social nas políticas educativas por meio do exame da atuação de conselheiros do *Fundeb*, a partir de dados levantados junto a uma amostra destes sujeitos que atuaram em Conselhos situados nos quatorze municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife.

A seção “Artigos” é finalizada pelo texto *Inclusão, educação especial e poder judiciário: do direito a usufruir direitos*, que tem Adriana Dragone Silveira (da Universidade Federal do Paraná - UFPR) e Rosângela Gavioli Prieto (da Universidade de São Paulo–USP) como autoras. São analisadas decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo a respeito de demandas pelo cumprimento de direitos de crianças e adolescentes caracterizados como público-alvo da educação especial.

Por último, na seção Documentos, dada a centralidade do tema, publicamos a 10ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação, que evidencia a luta dos educadores pela garantia do aumento de recursos para a educação advindos, principalmente, dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal.

Ao tempo em que desejamos a todos e todas um Feliz Ano Novo, almejamos também bom proveito na leitura deste número da revista.

Janete Maria Lins de Azevedo
Editora

Alice Happ Botler
Editora Associada